

EDITAL REFERENTE A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROCESSO DE ADMISSÃO DOS TRABALHOS APRESENTADOS À DIRETORIA EXECUTIVA DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO XLIV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL

Edital APEB/CO/CC/CNPEDF n.º 02/2018

Considerando o disposto no artigo 9º do Regimento do XLIV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL;

Considerando, ainda, o estatuído no Art. 8º, §3º, do Regimento do referido congresso;

Art. 1º - A Comissão Organizadora e a Diretoria Executiva da Comissão Científica do XLIV Congresso Nacional de Procuradores do Estados e do Distrito Federal, **torna público**, após o juízo de admissibilidade previsto nos Art.s 9º, 10 e 11, do Regimento do aludido evento, o resultado final dos trabalhos (artigos científicos e/ ou produção técnica), apresentados e aceitos e que serão encaminhados aos relatores para fins de emissão de relatórios a serem submetidos à exposição e avaliação das comissões temáticas e deliberação final das plenárias durante o congresso, a saber:

Nº	Título do trabalho apresentado	Autor(es) do trabalho	Comissão Temática Vinculado
1	A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DAS AÇÕES AJUIZADAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA E NOS JUÍZOS COMUNS	AUGUSTO CARLOS CAVALCANTE MELO PGE-SE	IV - Direito Processual Civil
2	A (des)influente participação do Presidente da República na concretização das políticas públicas agasalhadas no orçamento	Vanessa Huckleberry Portella Siqueira PGE-RJ	I - Direito Constitucional
3	A Administração Pública e o caminho do consenso para a resolução de conflitos. Da previsão legal à prática institucionalizada: Um desafio à Advocacia Pública	ANA CARLA PIRES MEIRA CARDOSO,CLAUDIA SOUZA ARAGÃO PGE - BA	II - Direito Administrativo
4	A aplicabilidade do regime jurídico previsto na Lei nº 13.019/2014 às parcerias firmadas entre a Administração Pública e as instituições de ensino públicas ou privadas.	Marcelle Figueiredo da Cunha PGE-RJ	II - Direito Administrativo
5	A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DO SERVIDOR PÚBLICO NAS RELAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO: O PAPEL DO ADMINISTRADOR PÚBLICO E A LEI 13.467/2017	Maurine Morgan P. Feitosa PGE-RJ	III - Direito Tributário e Financeiro
6	A especialização das Procuradorias dos Estados nas questões relativas ao direito à saúde como instrumento eficaz na defesa dos entes estaduais: A experiência da PGE/P	ALINE FERNANDA FAGLIONI,FERNANDO ALCANTARA CASTELO PGE-PR	I - Direito Constitucional

7	A EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO OU GARANTIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS COMO CONDIÇÃO À DISPONIBILIDADE DOS PRECATÓRIOS PARA FINS DA COMPENSAÇÃO COM DÍVIDA ATIVA PREVISTA NA LEI ESTADUAL RS N.º 15.038/17.	Amalia da Silveira Gewehr	III - Direito Tributário e Financeiro
		PGE-RS	
8	A FINALIDADE DA LICITAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS.	Delano Sobral Sobral Rolim	II - Direito Administrativo
		PGE-AL	
9	A POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 189, INCISO IV, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 10.098/94 PELAS DEMAIS UNIDADES FEDERATIVAS, À LUZ DO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI N.º 4.657/42 – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO, VISANDO UM DIREITO DIS	Suzana Fortes de Castro Rauter, Carolina Oliveira de Lima	II - Direito Administrativo
		PGE-RS	
10	A possibilidade de instituição do Pagamento por Serviços Ambientais em hipóteses de cumprimento de dever legal	Marcel Silva Gladulich, João Marcelo Gaio Souza	VI - Direito Ambiental
		PGE-RJ	
11	A Recuperação Judicial e o crédito fiscal – breve análise da jurisprudência	CÍNTIA CRISTINA SILVÉRIO SANTOS	III - Direito Tributário e Financeiro
12	A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CONCEDIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM PROCESSOS DE SAÚDE CUJA SENTENÇA FOI DESFAVORÁVEL AO BENEFICIÁRIO. CONDICIONAMENTO DA DEVOLUÇÃO DO QUE ADIANTADO AOS RISCOS DA IRREPETIBILIDADE E O PROCEDIMENTO RECUPERATÓRIO	ANTÔNIO AUGUSTO MARCHIONATTI AVANCINI	IV - Direito Processual Civil
		PGE-RS	
13	A VALORIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO TRABALHISTA NA REFORMA TRABALHISTA E AS POSSIBILIDADES DE SUA IMPLEMENTAÇÃO AO EMPREGADO PÚBLICO.	Lucas Pessoa Moreira	VII - Direito do Trabalho e Processual Trabalhista
		PGE-SP	
14	ACORDO EXTRAJUDICIAL DE DANOS NA PGE SÃO PAULO	CLAUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	IV - Direito Processual Civil
		PGE--SP	
15	ADVOGACIA PÚBLICA, TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, JUSTIÇA DO TRABALHO: POSSIBILIDADES DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS.	ADRIANA MENEZES DE SIMÃO KUHN	VII - Direito do Trabalho e Processual Trabalhista
		PGE-RS	
16	Aposentadoria especial do servidor público: a experiência do Estado da Bahia na observância da Súmula Vinculante N° 33 do Supremo Tribunal Federal	Mariana Miranda Moreira	I - Direito Constitucional
		PGE-BA	
17	ASPECTOS JURÍDICOS DA CONCESSÃO DE LICENÇA-MATERNIDADE EM CASOS DE “BARRIGA DE ALUGUEL”	Breno Porto Pereira	I - Direito Constitucional
		PGE-RS	
18	BENS PÚBLICOS E CEDÊNCIA DE DIREITOS POSSESSÓRIOS – a experiência do Estado do Acre com a alienação de imóveis dominicais, sem registro imobiliário.	Daniela Marques Correia de Carvalho	II - Direito Administrativo
		PGE-AC	
19	Conciliação em matéria tributária	Max Möller	III - Direito Tributário e Financeiro
		PGE-RS	
20	Consensualidade e soluções negociadas: alternativas à autotutela administrativa em face da ocupação de imóveis públicos por particulares	NILTON CARLOS DE ALMEIDA COUTINHO	II - Direito Administrativo
		PGE-SP	
21	SENSUALISMO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A TRANSAÇÃO PROCESSUAL FRENTE À INDISPONIBILIDADE DO BEM PÚBLICO	NILTON KIYOSHI KURACHI	IV - Direito Processual Civil
		PGE-MS	
22	DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO DA ADVOGACIA PRIVADA AOS ADVOGADOS PÚBLICOS ESTADUAIS	THIAGO SIMÕES PESSOA, LUIZ HENRIQUE LAGEDO FERRAZ	I - Direito Constitucional
		PGE-PR	
23	DA MATRIOSKA À OSKA EM BUSCA DA JUSTIFICAÇÃO: A JURIDICIDADE DA ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITO E DE REALIZAÇÃO DA CIDADANIA ADMINISTRATIVA	Cristiane Santana Guimarães	III - Direito Tributário e Financeiro
		PGE-BA	

24	DELIMITAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA EM VIRTUDE DE ATUAÇÃO PROCESSUAL	João Cesar Barbieri Bedran de Castro PGE-SP	II - Direito Administrativo
25	DISPUTE BOARDS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A UTILIZAÇÃO DOS DISPUTE BOARDS COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	Anna Carolina Migueis Pereira PGE-RJ	II - Direito Administrativo
26	E-Governo, E-Democracia e Desigualdade de Acesso à Internet no Brasil	Alexandre Felix Gross PGE-GO	I - Direito Constitucional
27	EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMO ATIVIDADE DE FOMENTO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS	Cintia Morgado, Fernanda Mainier Hack PGE-RJ	II - Direito Administrativo
28	FAZENDO HISTÓRIA – A necessidade de documentação da atuação dos Advogados Públicos no assessoramento jurídico do Estado da Bahia	ALZENI MARTINS NUNES GOMES, CLAUDIA ZACARIAS ALMEIDA MEDICI PGE-BA	II - Direito Administrativo
29	FEDERALISMO COOPERATIVO FISCAL E ICMS EDUCACIONAL: IMPACTOS NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E CEARÁ E PROPOSTAS	Caio Gama Mascarenhas PGE-MS	III - Direito Tributário e Financeiro
30	GUARDA RELIGIOSA E SERVIÇO PÚBLICO: A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA FACE À SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	NEYARLA DE SOUZA PEREIRA BARROS PGE-AC	I - Direito Constitucional
31	HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, CUMULAÇÃO DE PEDIDOS E MANIPULAÇÃO DO VALOR DA CAUSA	JULIA VINHAES TORTIMA PGE-RJ	IV - Direito Processual Civil
32	Identificando os incentivos à resolução consensual e extrajudicial dos litígios em saúde: o papel da advocacia pública entre perspectivas e desafios	Victor Aguiar de Carvalho PGE-RJ	I - Direito Constitucional
33	IMPOSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREA DE FLORESTA PÚBLICA SEM PRÉVIA LICITAÇÃO E O CABIMENTO DA CONCESSÃO FLORESTAL PREVISTA NO ARTIGO 33 DA LEI N.º 11.284/2006.	Tátilla Passos Brito PGE-PA	VI - Direito Ambiental
34	IMUNIDADE RECÍPROCA E IMPOSTOS INDIRETOS: O ENTE POLÍTICO NA CONDIÇÃO DE CONTRIBUINTE DE FATO	Amalia da Silveira Gewehr PGE-RS	III - Direito Tributário e Financeiro
35	Lei nº 13.655/18: análise dos arts. 20 a 30 da LINDB e primeiras impressões de sua utilização na conformação das atuações dos diferentes órgãos de controle	Guilherme Salgueiro Pacheco de Aguiar PGE-RJ	II - Direito Administrativo
36	Limites ao Princípio da Preservação da Unidade Familiar	Evandro Luís Dias da Silveira PGE/RS	II - Direito Administrativo
37	LIMITES E POSSIBILIDADES DE CONSENSO EM ÂMBITO TRIBUTÁRIO	JULIO CESAR XAVIER PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PGE/RS	III - Direito Tributário e Financeiro
38	Mediação Administrativa e Advocacia Pública	RENATA FABIANA SANTOS SILVA PGE-BA	II - Direito Administrativo
39	MODELO JURÍDICO INSTITUCIONAL PARA AS REDES PÚBLICAS COLABORATIVAS E A PARTICIPAÇÃO ESTATAL EM ASSOCIAÇÕES CIVIS SEM FINS LUCRATIVOS	AILTON CARDOZO DA SILVA JÚNIOR, IVANA PIRAJÁ LUCKESI PGE-BA	II - Direito Administrativo
40	O dever de contingenciamento estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal e o Novo Regime Fiscal instituído pela	Melissa Guimarães Castello	III - Direito Tributário e

	Emenda Constitucional nº 95/2016 – a tensão entre o equilíbrio orçamentário e a independência entre os Poderes foi mitigada?	PGE-RS	Financeiro
41	O Direito Previdenciário a licença-Maternidade por servidora pública militar estadual, não gestante, contra o Estado, em decorrência do nascimento de filhos gêmeos de companheira por união estável homoafetiva, cuja parceira faz jus a idêntico benefício da	Marcos Lins e Silva Nery da Costa PGE-RS	VII - Direito do Trabalho e Processual Trabalhista
42	O Funcionamento das Câmaras Administrativas de Solução de Conflitos pela Advocacia Pública	ELISA BERTON EIDT PGE-RS	II - Direito Administrativo
43	O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: O CHAMAMENTO PÚBLICO E A DISPENSA COM FUNDAMENTO NO ART. 30, VI, DA LEI N. 13.019/2014	LUDMILA SANTOS RUSSI LACERDA, VANESSA DE MESQUITA E SÁ PGE-MS	II - Direito Administrativo
44	O PODER DISCIPLINAR E O CONTROLE DE LEGALIDADE PELOS PROCURADORES DO ESTADO	Leonardo Barifouse PGE-RJ	II - Direito Administrativo
45	O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E CONTRADITÓRIO NO MS: A APLICAÇÃO DOS ARTS. 338 E 339 DO CPC/15 NO PROCEDIMENTO ESPECIAL DO MS E POSSÍVEIS BENEFÍCIOS PROCESSUAIS	Thiago Vasconcellos Jesus PGE-PA	IV - Direito Processual Civil
46	O STJ, a lógica e o teto unificado para os honorários nos embargos e na execução fiscal	Guilherme Jales Sokal PGE_RJ	IV - Direito Processual Civil
47	O USO DE MANDADO DE SEGURANÇA PARA REVISÃO DE JULGADOS NOS JUIZADOS NO PRAZO DE 120 DIAS CONTADOS DA DECISÃO DO IRDR.	FLÁVIO ASSAID SFAIR DA COSTA ROCHA, BRUNO RABELO DOS SANTOS, RAMON GRENTESKI OUAIS SANTOS PGE-PR	IV - Direito Processual Civil
48	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS COMO ANTÍDOTO AS INEFICIÊNCIAS DO SIMPLES NACIONAL	Mário Cesar da Silva Lima PGE-BA	III - Direito Tributário e Financeiro
49	OPORTUNIDADE DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO EM FAVOR DOS ESTADOS: A REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DO PASEP E A RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIOR A ESTE TÍTULO	HENRIQUE ROCHA FRAGA PGE-ES	III - Direito Tributário e Financeiro
50	OS MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PREVISTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO TRIBUTÁRIO	JULIANA DOS REIS SANTOS PGE-RS	III - Direito Tributário e Financeiro
51	OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE (OU INTEGRIDADE) E O PAPEL DA ADVOCACIA DE ESTADO	Cláudio Cairo Gonçalves PGE-BA	II - Direito Administrativo
52	OS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NOS PROCESSOS ESTRUTURANTES: PROPOSTAS DE PARÂMETROS	Rafael Gaia Edais Pepe PGE-RJ	IV - Direito Processual Civil
53	PARÂMETROS PARA ARBITRABILIDADE OBJETIVA DOS CONFLITOS ENVOLVENDO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: inadequação do conceito de “direito patrimonial disponível” e inarbitrabilidade da matéria regulatória	Patrícia Ferreira Baptista PGE-RJ	II - Direito Administrativo
54	Parecer 117/2018 PGESC	Queila de Araújo Duarte Vahl PGE-SC	II - Direito Administrativo
55	PREQUESTIONAMENTO NA PRÁTICA: Breves considerações para aperfeiçoar a atuação do advogado e promover o desenvolvimento jurisprudencial	ANA CAROLINA DE CARVALHO NEVES PGE-BA	IV - Direito Processual Civil
56	PROCURADOR DO ESTADO: DIREITO A JUSTA INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS PRESTADOS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE	VANDERLEI FERREIRA DE LIMA PGE-SP	II - Direito Administrativo
57	REMESSA NECESSÁRIA DE DECISÕES PARCIAIS DE MÉRITO	FERNANDO	IV - Direito

	PROFERIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO	ALCANTARA CASTELO PGE PR	Processual Civil
58	Trabalho técnico: Contestação nos autos de Ação Civil Pública nº 0900174-42.2018.8.24.0023	Célia Iraci da Cunha PGE-SC	II - Direito Administrativo
59	UMA BREVE ANÁLISE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS – COMPREV	PRISCILA TAHISA KRAUSE PGE-RS	II - Direito Administrativo

Art.2º- A escolha dos relatores para fins do disposto no art. 12, do Regimento do Congresso, obedecerá ao previsto no Art. 17, do mesmo regimento.

Art. 3º- A Comissão Científica fará publicar, no prazo máximo de 20 (vinte), dias úteis, após a publicação deste Edital, a relação dos relatores de que trata o artigo anterior a serem indicados pelas Associações de Procuradores de Estado e do Distrito Federal, bem como a composição das mesas temárias para fins de avaliação final dos trabalhos durante o evento.

Art. 4º - Aplicam-se à relatoria e apresentação dos trabalhos admitidos e submetidos à avaliação e aprovação das comissões temárias e plenárias do congresso, todas as regras previstas no Regimento e Edital do XLIV Congresso o Nacional de Procuradores do Estado e do Distrito Federal.

Salvador, 03 de agosto de 2018.

Roberto Lima Figueiredo
Presidente da Comissão Organizadora

Raimundo Luiz de Andrade
Diretor Executivo da Comissão Científica